

Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo

EDUARDO BARROS MARIUTTI*

A obra de Rosa Luxemburgo é alvo de críticas intensas e até, diria, algumas sabotagens tanto no meio acadêmico como na militância política. O fato curioso – e isso sempre ocorre com os pensadores realmente instigantes – é que as críticas se dividem em dois blocos antagônicos: ela é acusada tanto pelo seu “ecletismo”, quanto pelo seu excesso de ortodoxia. O primeiro grupo de acusações congrega duas grandes variantes. Uma, mais grosseira, incide mais diretamente na dimensão teórica: a sua ignorância da dialética a impede de captar o rigor formal dos conceitos marxianos, fato que a impossibilita buscar aportes externos ao marxismo e, sobretudo, ilustrações “históricas” desprovidas de mediações adequadas. É a crítica do marxista de gabinete, forjado pela burocratização da universidade ou encastelado na gestão dos aparelhos partidários. A segunda linha crítica, que se julga mais engajada, a acusa pelo voluntarismo ingênuo (ou “idealismo revolucionário”), fundado em uma suposta compaixão romântica pelas massas. É o julgamento do soldado do partido. A crítica diametralmente oposta, isto é, *de excesso de ortodoxia*, brota tanto da academia quanto da militância: o problema está em seu *fatalismo* que, supostamente, emana da sua filiação à teoria do colapso inexorável do capitalismo (mais uma evidência da falta de dialética e do desconhecimento da arquitetura do pensamento marxiano), na qual se ancora a sua fé na ação espontânea das massas que, mesmo sem uma liderança partidária clara e iluminada pela “análise concreta de uma situação concreta”, seria capaz de *conduzir* a revolução.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: eduardomariutti@gmail.com.

Essa curiosa profusão de críticas contraditórias tem motivações de distintas ordens. Provavelmente, uma das raízes deriva das mudanças de posição da autora, em função dos imperativos táticos ditados pelas circunstâncias. Mas como esse tipo de oscilação é bastante comum nas grandes lideranças que combinam os problemas intelectuais com a militância política, esse aspecto, embora importante, não deve exercer um papel muito significativo. Parte da explicação repousa em idiossincrasias: Rosa participava intensamente de dois debates públicos simultâneos, na frente russa (neste caso, a partir de uma curiosa lente polonesa) e na frente alemã, tendo emigrado para Alemanha em 1898. E, nos momentos de tensão social extrema, ela sempre esteve na *contramão* dos líderes que, no final das contas, conseguiram exercer significativo poder institucional. A sua crítica renitente ao vanguardismo e à excessiva centralização dos partidos operários a distanciou de Lênin.¹ Na Alemanha sua impopular ojeriza às posições reformistas do Partido Social-Democrata (SPD) a afastou imediatamente de Bernstein e, um pouco depois, de Kautsky (Loureiro, 2013 p.22-8; Meldolesi, 1984, p.1833-4). Enquanto durou o socialismo real, foi fácil usar a infeliz imagem do “Tribunal da História” contra Rosa: o sucesso aparente de 1917 e o fracasso do levante espartaquista em 1919 teriam provado a superioridade da liderança partidária sobre o “espontaneísmo”.

Contudo, as críticas posteriores à sua obra baseiam-se também em um motivo suplementar, muito mais prosaico. Em *A acumulação do capital*, a própria autora teria aberto o flanco a essas investidas ao formular a sua interpretação *partindo* da crítica aos esquemas de reprodução de Marx. Sem dúvida, olhando retrospectivamente, esse é um péssimo ponto de partida, pois a colocou na linha de fogo de filósofos mais formalistas e de correntes que acreditam que é possível reduzir o materialismo histórico a uma *ciência econômica* “marxista”.² Somente nesses casos é possível dar tanta importância aos esquemas, a ponto de inaugurar o enfadonho “problema da realização da mais-valia”, travado quase que exclusivamente em torno de contraposições exegéticas entre o livro II e o III de *O capital* – e

1 Como é notório, em “Questões de organização da social-democracia russa” (1904), Rosa proferiu uma dura crítica à proposta de Lênin para a organização do partido bolchevique: ao propor uma estrutura centralizada, hostil à democracia (baseada na rígida especialização de funções e no sigilo), formada por revolucionários profissionais e disciplinados, Lênin estaria *negando* o papel criativo das massas na revolução (o socialismo, para ela, só pode ser construído pela experiência prática *das massas*, partindo da experiência concreta dos oprimidos) e, simultaneamente, reforçando um subjetivismo elitista (“subjetivismo” em um sentido preciso: a crença ingênua de que uma liderança poderia compreender e dirigir a revolução) (Luxemburgo, 1991; Elliott, 1965, p.331-3; Walicki, 1983, p.567-9).

2 Após 1989, quando o “Tribunal da História” reabilitou a posição de Rosa sobre os perigos do autoritarismo e do vanguardismo nos movimentos socialistas, a crítica aos fundamentos econômicos da sua interpretação, até então marginal, passou a ocupar um papel cada vez mais central na tentativa dos economistas de banir o seu pensamento das discussões “sérias”: a crer nestes apologistas do capitalismo “civilizado”, Rosa jamais entendeu de economia política e, muito menos, o papel do crédito no capitalismo, por isso nunca superou o “subconsumismo”. Retomarei esse ponto.

nos *Grundrisse*³ – e da “correta” compreensão da dialética. Porém, como Rosa participava simultaneamente do debate na Alemanha e na Rússia, a querela dos esquemas de reprodução – e da crise do capital – era um dos componentes centrais e, portanto, dadas as circunstâncias, consistia em um ponto de partida que praticamente se impunha à análise (Rosdolsky, 1989, p.56).

Longe de tentar reviver velhas polêmicas, destacarei aqui os pontos em que a perspectiva de Rosa Luxemburgo faz a discussão *avançar*. Para tanto, será necessário explicitar alguns aspectos essenciais da interpretação da autora que, de modo geral, aparecem diluídos em uma ampla massa de assuntos de menor importância e, que desse modo, geram ruídos desnecessários e, em alguns casos, críticas não muito proveitosas. Infelizmente, exatamente para possibilitar este procedimento, não há como não mencionar o problema dos esquemas de reprodução. Mas, mesmo se aceitarmos que, de um ponto de vista formal, isto é, centrado no papel que os esquemas de reprodução ocupam (ou *deveriam ocupar*) na arquitetura geral de *O capital*, o modo como a autora formulou o problema é passível de críticas, não podemos nos esquecer que o propósito geral de Rosa foi tentar se *desvencilhar* deste tipo de formulação e das confusões desnecessárias que dela derivam. E, como tentarei demonstrar, tomada no conjunto, a abordagem de Rosa Luxemburgo *abre caminho* para esta superação, pois ela se esforça para reconstruir uma concepção de modo de produção que é capaz de, potencialmente, incorporar a dimensão da História e, por conta disto, possibilita transcender a forma usual com que os problemas foram (e infelizmente, em muitos casos, ainda são) formulados.

Os esquemas de reprodução e a polêmica sobre a crise geral do capitalismo

De saída, ao criticar os esquemas de reprodução, Rosa Luxemburgo rompe com a tese “clássica” de que, essencialmente, as crises do capitalismo derivam *apenas* das eventuais *desproporções* entre os ramos da produção (ou, em uma alusão a trechos do livro III, à desproporção entre o *consumo dos capitalistas* e sua *própria acumulação*), típicos de uma economia baseada em uma miríade de decisões “individuais” (Ricardo e, particularmente, Say). Tais desproporcionalidades poderiam, em princípio, ser resolvidas “automaticamente” pelas falências e redistribuição do investimento ou, alternativamente, minoradas pela ação do Estado, através do planejamento econômico. Portanto, esse tipo de “crise” faz parte do funcionamento regular da economia capitalista e apresenta a sua própria solução. Esta era, exatamente, a leitura “reformista” sobre as implicações dos

3 Como esta obra foi publicada e difundida muito depois da morte de Rosa Luxemburgo, a polêmica centrou-se originalmente na contraposição entre os volumes 2 e 3 de *O capital*. Inclusive, para os mais fundamentalistas, é bastante comum atribuir a esse fato os “equivocos” cometidos por ela: por desconhecer esse importante (e heterogêneo) manuscrito (redigido entre julho de 1857 e março de 1858), ela não teve acesso a boa parte do pensamento marxiano – em especial as suas reflexões sobre o método de investigação e, especialmente, sobre a *Ciência da Lógica* de Hegel – e, portanto, Rosa não foi capaz de compreender exatamente o *sentido geral* da reflexão marxiana.

esquemas de reprodução.⁴ O foco em suas manifestações imediatas, partindo de uma noção de equilíbrio (automático, ou favorecido pela regulação estatal), torna impossível detectar as determinações mais profundas, constitutivas do capital e, mais fundamentalmente, a sua tensão com o trabalho. Evidenciar este tipo de contradição fundamental era um dos objetivos de Rosa Luxemburgo, cujas origens já podiam ser detectadas em *Reforma ou revolução?* (2010 [1899]), mas só se explicitam claramente em *A acumulação do capital* (1984 [1913]).

Boa parte da confusão diz respeito à própria finalidade dos esquemas de reprodução na arquitetura básica de *O capital* e, mais fundamentalmente, ao seu papel no pensamento marxiano. A esmagadora maioria das críticas a Rosa batem na mesma tecla: por supostamente ignorar “declaradamente”⁵ a dialética hegeliana, ela não “compreendeu” que os esquemas de reprodução não podem ser aplicados “diretamente” à realidade e que, em segundo lugar, não há nenhuma contradição entre os esquemas do livro II e as formulações do livro III. No plano formal, esse reparo é até possível,⁶ mas ele não é suficiente para invalidar o duplo esforço empreendido por Rosa Luxemburgo: analisar criticamente a obra marxiana e suas implicações, com o objetivo de esmiuçar as contradições do capitalismo, tais como elas se manifestam na realidade, para orientar as ações práticas dos movimentos emancipatórios. Esse era, na realidade, o aspecto fundamental.⁷

4 No Brasil esta leitura, infelizmente, foi ressuscitada pelos keynesiano-kaleckismos inventados durante a década de 1970 e que, hoje, de forma tragicômica, tentam ressurgir para, mais uma vez, tentar salvar o capitalismo dos capitalistas.

5 Na verdade, não tão declaradamente assim: enquanto estava presa, ela *reclamou do estilo* de Marx no tomo I (isto é, “sua ornamentação rococó ao estilo hegeliano”) em uma carta a Hans Diefenbach datada de 8 de Março de 1917. No caso, *coberta de razão*, Rosa estava se queixando da crítica ortodoxa – empreendida principalmente por marxistas de gabinete, *experts* no hegelianismo – à sua obra que, em seu julgamento, criava falsas divisões no movimento revolucionário, e o aprisionava em formulações herméticas. Sobre a carta, ver Rosdolsky (1989, p.540).

6 Tenho minhas dúvidas sobre o fundamento de tais críticas. Em um texto produzido entre 1917 e 1918, a pedido de Franz Mehring, Rosa fornece algumas imagens do modo como ela concebe a relação entre os três volumes de *O capital*: “Considerando essa grande obra como um todo, pode-se dizer que o primeiro volume, no qual se desenvolvem a lei do valor, o salário e a mais-valia, desnuda o fundamento da sociedade atual, enquanto o segundo e o terceiro volumes mostram os andares do edifício que nele se apoiam. Também se poderia dizer, com uma imagem totalmente diferente, que o primeiro volume mostra o coração do organismo social, onde é criada a seiva vivificadora, ao passo que o segundo e o terceiro volumes mostram a circulação do sangue e a alimentação do todo até as últimas células” (Luxemburgo, 2009, p.141). Para mim, embora muito estilizada, essa passagem deixa claro a sua compreensão sobre os níveis distintos de abstração envolvidos em cada um dos livros.

7 Ao reforçar a teoria do colapso, Rosa estava, na realidade, se contrapondo às tendências reformistas cada vez mais incrustadas na esquerda alemã e, incidentalmente, por questões táticas, despertou a fúria de Lênin (algo que sempre se mostrou muito perigoso). “Mas por que não coube essa tarefa [destacar a teoria do colapso] a Lênin, mas a Rosa Luxemburgo? Aqui, deve-se salientar, antes de tudo, a diferença na situação do marxismo russo e do alemão. Em contraste com os marxistas russos da década de 1890, cujo interesse teórico estava preferencialmente dirigido pela luta contra a ideologia dos *narodniki*, e que, por isto, tinham que demonstrar a capacidade vital do capitalismo russo, ainda nos cueiros, Rosa Luxemburgo vivia e atuava em um país cujo capitalismo se encon-

Fora do âmbito da ação política, a celeuma sobre os esquemas de reprodução tende a gravitar em torno de dois eixos que se interligam. O primeiro diz respeito à relação entre os esquemas de reprodução e a realidade social. Ou, em termos mais simples: para que servem estes modelos? Esse eixo ramifica-se em duas posições básicas: i) a possibilidade de aplicação *direta* do modelo à realidade (como se ele representasse alguma *essência* do capitalismo, ou a sua dinâmica mais pura). Neste caso, a tendência dominante é deduzir que a reprodução pode ocorrer indefinidamente e que, portanto, o capitalismo é capaz de uma expansão ilimitada e, portanto, *não entraria em colapso por razões econômicas*; ii) nesta mesma linha, é comum argumentar que o problema básico dos esquemas é que, embora possam constituir um bom ponto de partida para análise, eles são muito incompletos. Logo, é necessário “aprimorar” os modelos, simplesmente incorporando *mais elementos* – progresso técnico, comércio exterior, despesas estatais etc. – para aproximá-los mais da “realidade” (como Otto Bauer e Tugan-Baranovski, por exemplo) ou, até mesmo, atualizá-los, incorporando as transformações do capitalismo que ocorreram posteriormente. Ainda nesta temática – a *natureza* da relação entre os esquemas e a realidade dita “concreta” – há outra forma, mais sofisticada, de formular o problema: os esquemas representam apenas um dos vários níveis de abstração: no caso, um dos níveis mais puros, isto é, do capital em geral, sem levar em conta as suas frações ou manifestações particulares (comercial, industrial etc.). Somente no incompleto livro III, Marx reduz o grau de abstração e passa a conceber a sociedade capitalista à luz da concorrência dos capitais e de outras determinações fundamentais. O “erro” de Rosa teria sido, portanto, a incorreta compreensão da *arquitetura geral* de *O capital*, e, por conta disto, do grau de generalidade, do *momento específico* e do lugar de cada etapa da análise.⁸

Esta última crítica aponta para o segundo eixo do debate, que baseia-se na alegada necessidade – em si mesma correta – de se distinguir a lógica da investigação da “lógica da exposição”, especialmente no que diz respeito aos livros II e III, que

trava não só no pináculo do seu poderio, mas que já exibia claros sinais de sua futura decadência; e por outra parte, tinha como adversários não os partidários de um utópico socialismo camponês, mas uma poderosa burocracia operária, fortemente arraigada nas massas, que apesar de seu credo ‘marxista’, tinha ambos os pés fincados no terreno da ordem social imperante e que confiava poder alcançar somente dentro deste marco todos os progressos sociais e políticos. Em consequência, enquanto que, até o final do século XIX, na Rússia ainda era necessário salientar a inevitabilidade e o caráter historicamente progressista do desenvolvimento capitalista, ao contrário, na Alemanha a tarefa da esquerda marxista consistia em ressaltar num primeiro plano de interesse a ideia do necessário colapso econômico e político da ordem social capitalista. E para cumprir precisamente esta tarefa teórica estava destinado o livro de Rosa Luxemburgo” (Rosdolsky, 1989, p.538-9).

8 Na verdade, a acreditar nisto, o seu único “erro” seriam as alegações de que existe uma “contradição” entre o Marx do livro II e do III. A interpretação de Rosa é coerente com o que Marx apresenta no Livro III (onde ele tenta apreender o movimento do capital “em sua realidade”, em conjunto com a teoria das crises e do colapso do capitalismo). Logo, no máximo, podemos censurar a crítica de Rosa aos esquemas do livro II (fruto de sua suposta incompreensão da posição desses esquemas no sistema conceitual marxiano), e não o modo como ela constrói a sua argumentação.

não foram editados em vida por Marx.⁹ Os esquemas de reprodução seriam, neste caso, um “recurso heurístico” (controversa expressão usada por Rosdolsky, que parece-me estranha à problemática do materialismo histórico) destinado a ilustrar em que condições a acumulação capitalista pode existir para, *depois*, estabelecer as mediações entre a forma mais pura e as *possibilidades* de manifestação concreta dos fenômenos, nas quais a reflexão sobre os esquemas teria de se conjugar com a teoria das crises (que teria de ser reconstituída mediante estas mesmas operações). Nesta linha, Rosa teria simplesmente passado por cima destes complicados procedimentos, tentando extrair, sem mediações, conclusões sobre a realidade em que vivia diretamente de modelos abstratos, que, em si mesmos, não serviriam a esses propósitos. Em tese, isto a levou a cometer dois equívocos: i) ao tentar deduzir dos modelos mais abstratos o movimento concreto da sociedade, ela acabou chegando à conclusão de que a acumulação ampliada em um sistema capitalista “fechado” é *impossível*. Disto, ela derivou a raiz da rivalidade imperialista: i) a ação desesperada das grandes potências para tentar *controlar* a zona não capitalista (isto é, os “mercados” situados *fora* das relações de produção especificamente capitalistas); ii) como o imperialismo não pode resolver a contradição (da qual ele emana), ele pode apenas *retardar os seus efeitos*, e, portanto, não pode impedir a crise definitiva da sociedade capitalista. A primeira postura lhe rendeu a pecha de “subconsumista”, e a última de “escatológica” ou “apocalíptica”.

Mas permanecer neste terreno é ficar em um domínio do qual Rosa Luxemburgo, de forma intuitiva, buscou se emancipar: a força de sua obra é o empenho em tentar pensar o problema da *reprodução social total* em suas condições sociais concretas,¹⁰ isto é, mediante uma aproximação do conceito de modo de produção *como modo de produção da vida*, fato que, na realidade a *afasta* radicalmente

9 É muito comum também acusar Engels – quem de fato editou estes volumes – de introduzir deformações no “pensamento original” de Marx. Aí o problema muda de figura: tal como os exegetas cristãos, todo o problema parece repousar em reconstituir – nas obras publicadas, rascunhos, no epistolário etc. – qual é, exatamente, a posição “oficial” de Marx.

10 Georg Lukács já havia apontado a raiz deste tipo de desentendimento: “Esta rejeição de todo o problema está estreitamente ligada ao fato dos críticos de Rosa Luxemburgo terem passado distraidamente à margem da parte decisiva do livro (“As condições históricas da acumulação”) e, coerentes consigo mesmos, puseram a questão sob a seguinte fórmula: serão aceitas as fórmulas de Marx, que se baseiam no princípio isolador, de uma sociedade composta unicamente por capitalistas e por proletários, princípio esse admitido por preocupação metodológica? E qual a melhor interpretação delas? Esse princípio não era mais do que uma hipótese metodológica de Marx, a partir da qual se devia progredir para pôr a questão quanto à totalidade da sociedade, e foi isso que escapou completamente aos críticos. Escapou-lhes que o próprio Marx transpôs esse passo no primeiro volume de *O capital* a propósito daquilo a que se chama a acumulação primitiva. Ocul-taram – consciente ou inconscientemente – o fato de, justamente em relação a essa questão, *O capital* ser só um fragmento interrompido precisamente no ponto em que este problema devia ser levantado, e que, conseqüentemente, Rosa Luxemburgo se limitou a levar até ao fim, no mesmo sentido, esse fragmento, completando-o em conformidade com o espírito de Marx” (Lukács, 1989, p.45).

da problemática do subconsumo¹¹ ou da demanda efetiva (Franco, 2011 p.50-6). Contudo, como esse esforço *teórico* não foi realizado até as últimas consequências, Rosa Luxemburgo não conseguiu *reformular claramente* os problemas, partindo, portanto, do horizonte semântico dos seus principais interlocutores, tentando responder – para tentar ultrapassar (Lukács, 1989, p.49) – as questões *do modo como elas eram usualmente formuladas*, em uma posição política bastante difícil: *contra* o autoritarismo típico das “vanguardas” socialistas (tanto no poder, como lutando por ele) e da esquerda adesista e, é claro, *contra* o conjunto de forças reacionárias que acabaram por ceifar violentamente a sua vida, de forma precoce. O grande problema é que a sua *Realpolitik* revolucionária (Loureiro, 2003, p.12-14; 214) – tentar resolver a tensão entre os princípios socialistas e a prática política cotidiana não por tiranetes portadores da verdade, mas, *principalmente*, pelo reconhecimento do valor norteador das demandas derivadas da experiência *concreta* dos oprimidos, na sua vida cotidiana – incomodava qualquer forma autoritário-burocrática de pensamento e de ação. Além disto, como já foi aludido, o movimento teórico pretendido por Rosa exige alterar significativamente a própria concepção de modo de produção e, fundamentalmente, o modo como ele se relaciona com elementos “externos” a ele. As críticas ao seu “empirismo” e ao seu “ecletismo” derivam exatamente da incompreensão deste esforço.

Mas e as acusações de dogmatismo? No caso, elas se endereçam quase exclusivamente à alegada teoria do colapso inevitável do capitalismo.¹² Vamos momentaneamente supor que, de fato, este traço “dogmático” impregne o pensamento de Rosa Luxemburgo. Isto nos leva a uma segunda questão: com que *objetivo prático* ela sustentou esta ideia? Não há, também, uma *tensão* entre esta postura apriorística e sua concepção de ação revolucionária? A crítica de que a concepção de crise inevitável deve ser combatida por encorajar um fatalismo apolítico, curiosamente, baseia-se em uma postura *essencialmente dogmática e evolucionista*, que identifica a crise do capitalismo à consolidação do socialismo, como se ambos os processos guardassem uma relação de *necessidade lógica*, fato que *elimina* a própria ideia de transição e, fundamentalmente, o papel da História na reflexão teórica e na ação prática. Embora Rosa enfaticamente tenha defendido a tese de que o capitalismo possui contradições insolúveis e, portanto, estaria fadado

11 Mesmo se permanecermos no terreno fantasmagórico da teoria econômica (do qual Marx e Rosa lutaram para se libertar), é muito difícil rotular Rosa de “subconsumista”, já que o que ela está problematizando não é uma hipotética redução do consumo por parte dos trabalhadores (por conta de baixos salários) ou dos capitalistas, *mas da demanda em geral*, como uma derivação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e suas formas de redistribuição (Miglioli, 1982, p.171-5).

12 Muitas passagens de sua obra e, especialmente, o seu ataque contra Bernstein, abrem caminho para caracterizá-la como “ortodoxa” pela defesa de uma necessidade *objetiva* e inexorável da crise e *da concretização* do socialismo, especialmente quando ela se posiciona contra o “reformismo”. Ver, a título de exemplo, Luxemburgo (2010, p.24-6). Mas, tomando a sua obra no conjunto, é difícil afirmar que esta tendência é dominante em seu pensamento.

a entrar em colapso, ela jamais sustentou que o socialismo poderia surgir de forma *automática*. Foi exatamente por acreditar que a crise geral do capitalismo *poderia gerar regressão social* – a possibilidade da intensificação da barbárie – que Rosa foi se aproximando da então herética noção de “socialismo democrático”, isto é, genuinamente coletivo, *popular* e avesso às fórmulas prontas das burocracias partidárias e das lideranças iluminadas. Este aspecto de seu argumento é que realmente gerava controvérsia na militância da Rússia e da Alemanha. Portanto, a meu ver, toda crítica posterior à “ortodoxia” catastrofista de Rosa Luxemburgo deve ser vista com suspeição.

Resta uma última crítica que nos remeterá mais uma vez ao problema mais geral: a expansão e a crise do capitalismo se explicam *pelo subconsumismo*? Não creio que esta seja a posição de Rosa Luxemburgo. A deterioração das condições *gerais* do trabalho é agravada pela centralização dos capitais e pelo sucesso dos monopólios¹³ que, provisoriamente, podem sustentar as taxas de lucro dos grandes capitalistas, mas agravam, no longo prazo, o descompasso entre as grandes massas de mais-valia e a demanda capaz de realizá-las. Logo, como o capitalismo *somente* é capaz de criar riquezas pela exploração do trabalho e da natureza, a tendência anteriormente esboçada *coloca sempre sob a ameaça a reprodução do capitalismo*. A saída mais simples deste tipo de crise envolve a expansão *absoluta* do seu raio de ação, mediante a incorporação – pela violência, se necessário – de zonas externas a ele. Mas “externas” em um sentido específico: não se trata do comércio internacional como o concebem os economistas, *mas da subordinação de zonas baseadas em relações de produção não especificamente capitalistas*, isto é, da integração do meio social *não capitalista* que fornece meios de produção e trabalho ao capitalismo, assim como absorve parte dos seus produtos (Luxemburgo, 1984, p.29-30). Logo, Rosa sustenta veementemente que o capitalismo recorre *sistematicamente* aos expedientes que Marx¹⁴ descreveu como típicos da “acumulação primitiva”, mas que mudam de sentido com a consolidação do capitalismo. Quanto a isso, Rosa é enfática:

É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as for-

13 Isso não impede que *parte* dos trabalhadores consigam melhorar relativamente a sua posição ao trabalharem nos cargos mais qualificados das empresas monopolistas. Mas o efeito *geral* sobre o trabalho é deletério.

14 Isso abre uma polêmica gigantesca, que não poderá ser adequadamente tratada aqui. Contudo, deve-se frisar que o esforço de Marx para circunscrever a acumulação primitiva a um período “originário” e, que, portanto, supostamente não seria importante após a consolidação do capitalismo tinha uma motivação predominantemente tática (Perelman, 2000, p.28-32). A associação do capitalismo a um tipo de exploração que prescinde da violência direta tinha como propósito tentar impedir o reforço da crítica conservadora ao capitalismo, isto é, de que seria possível *regenerar* a tradição, para combater a miséria e os flagelos tipicamente capitalistas.

ças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. (...) Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho. (Luxemburgo, 1984, p.32-3)

Logo, mesmo depois de repousar sobre seus próprios pés, o capital *preserva a sua capacidade de exercer a violência contra o meio social que o circunda*, para *acelerar* a sua própria expansão.

Mas esses expedientes – dentre os quais se situa o imperialismo – não podem ser utilizados *ad infinitum*, dado que esta incorporação acaba por generalizar as relações de produção especificamente capitalistas. Assim, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica do capitalismo plenamente constituído – não implica *automaticamente* o fim do capitalismo (e, muito menos, a instauração do socialismo) mas, seguramente, reduz o leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim iminente da “zona não capitalista” aproxima o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um *antagonismo* que, em conjunto com a crescente socialização da produção (o único elemento objetivo e *automático* realizado pelo capitalismo), criam a *possibilidade* efetiva de uma revolução socialista como alternativa à generalização da violência e da regressão social. É somente partindo deste ponto de vista que se pode compreender as reflexões de Rosa sobre o imperialismo e, também, a sua visão sobre o socialismo, o próximo tema a ser tratado.

Imperialismo e sobreacumulação

Seguindo o estilo de Marx, Rosa Luxemburgo escreveu *A acumulação de capital* mediante a recomposição e análise crítica das grandes polêmicas em torno do problema da reprodução do capital (seções I e II), para depois (seção III) articular os temas explicitando *as condições históricas* da acumulação. Neste processo, o seu raciocínio é apresentado. Portanto, apenas tendo em vista os seus objetivos e o *conjunto da argumentação*, isto é, somente após a sua tentativa de reformular radicalmente o problema da reprodução do capital tal como ele era tratado na virada do século XIX para XX, é que a sua interpretação do imperialismo ganha sentido.

Como esta depende da concepção de Luxemburgo sobre a dinâmica e tendência à crise do capitalismo, seus críticos não atacam diretamente a sua interpretação do imperialismo, mas preferem criticar os seus alegados fundamentos, isto é, o “subconsumismo” e o “catastrofismo”, partindo de um ponto de vista externo à problemática em que ela pretendia se mover.

Para Rosa, o imperialismo decorre fundamentalmente das dificuldades da realização da reprodução ampliada do capital, fato que impele os capitalistas a se associarem ao seu Estado para, mediante essa aliança, se defenderem de seus rivais e poderem disputar militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam as relações especificamente capitalistas de produção.¹⁵ Essa disputa, contudo, como já foi indicado, não é capaz de resolver as contradições das quais ela, na realidade, emana. O militarismo, ao mesmo tempo que serve de base para a incorporação violenta da arena externa,¹⁶ favorece também a realização de parte da mais-valia ao gerar uma demanda crescente (e capaz de, *dentro de certos limites*, se retroalimentar) por armamentos e soldados.¹⁷ Por outro lado, o dispêndio militar aumenta o peso sobre os produtores diretos e, quando gera conflitos de

15 Esse raciocínio já aparece, de forma embrionária, em *Reforma ou revolução?*. Falta o termo imperialismo. Há, contudo, uma passagem lapidar e ilustrativa: “Se é a política mundial o teatro de conflitos ameaçadores, não é tanto por se abrirem novos países ao capitalismo, mas sim por se terem já os antagonismos *européus* existentes transportados para os outros continentes para ali explodir. O que hoje se antepõe de armas em punho, quer seja na Europa ou em outros continentes, não são de um lado países capitalistas e de outros países de economia natural, e sim Estados levados ao conflito precisamente pela identidade de seu alto desenvolvimento capitalista. Em tais condições, se o conflito estoura, só pode ser fatal para este desenvolvimento, no sentido de que provocará em todos os países capitalistas profundíssimos abalos e transformações da vida econômica. Mas o caso se apresenta inteiramente diverso do ponto de vista da *classe capitalista*. Para ela, sob três aspectos, tornou-se hoje o militarismo indispensável; primeiro, como meio de luta na defesa dos interesses de grupos ‘nacionais’ concorrentes contra outros grupos ‘nacionais’; segundo, como a forma de emprego mais importante, tanto do capital financeiro como do capital industrial; e terceiro, como instrumento de dominação de classe sobre os trabalhadores, no interior – interesses que nada têm em comum, em si, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. E mais uma vez, o que melhor demonstra o caráter específico do militarismo atual é, em primeiro lugar, o seu desenvolvimento geral em todos os países, *efeito por assim dizer de uma força motriz própria, interna, mecânica*, fenômeno completamente desconhecido há algumas décadas e, em seguida, o caráter inevitável, fatal, da próxima explosão entre os Estados interessados, malgrado a completa indecisão quanto ao motivo, ao objeto do conflito e a todas as demais circunstâncias. Também o militarismo, de motor que era do desenvolvimento capitalista, tornou-se hoje uma doença capitalista” (Luxemburgo, 2010, p.55-6 – grifo meu).

16 Isto é, mediante a *imposição* de uma economia mercantil a formas sociais que se reproduzem sem necessitar do mercado, ou então, nas quais os mercados são *segmentados* e regulados por costumes e estruturas de parentesco.

17 Há um duplo impulso ao imperialismo, portanto: i) a busca de novas zonas receptoras de investimento, fruto da acumulação resultante da concentração e centralização dos capitais; ii) o acesso a fatores de produção muito mais baratos e uma fonte de trabalho capaz de ser dominada *violentamente*. Como grande parte destas fontes de trabalho podem recorrer parcialmente à subsistência (seja na escala da unidade domiciliar, das aldeias etc.), isto exige a coação pela força, ao mesmo tempo que *reduz* os seus custos para o capital (Habib, 2003, p.15).

grandes proporções, ameaça a ordem burguesa.¹⁸ Além disto, a incorporação pela violência das zonas externas, no longo prazo, favorece o desenvolvimento de relações capitalistas de produção em seu interior, fazendo retornar o problema inicial.

Antes de concluirmos esta seção, um último aspecto deve ser destacado. Talvez para fugir das velhas celeumas, David Harvey tenta reabilitar a interpretação de Rosa – ressaltando a sua importância fundamental para explicar tanto o imperialismo clássico quanto o “novo” imperialismo – mediante uma mudança na terminologia. Em vez de recorrer ao termo “acumulação primitiva”, ele prefere substituí-lo por “acumulação por espoliação” (uma mudança meramente cosmética).

A desvantagem desses pressupostos [de Marx e Rosa] é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (Harvey, 2004, p.120-1)¹⁹

E, para fugir da imagem de “subconsumista,” propõe o termo *sobreacumulação*. É o *excesso de acumulação*, isto é, a formação de estoques gigantescos de mais-valia reivindicando a sua realização, que induz a formas suplementares de pressão sobre o trabalho e novos circuitos de acumulação por espoliação. Não há diferença *essencial alguma* entre essa posição e o modo como Rosa Luxemburgo concebia o “problema de realização” – de uma perspectiva *mais ampla* do que uma hipotética teoria econômica – e seu vínculo com a teoria da(s) crise(s) do capitalismo. Mas, de um ponto de vista pragmático – isto é, evitar ruídos –, é até possível defender essa artimanha.

18 “Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesma criou” (Luxemburgo, 1984, p.97).

19 É necessário, contudo, um breve reparo. Quanto a Rosa, como já foi indicado, por *forma exterior* ela entende as zonas baseadas em relações de produção *distintas* da especificamente capitalista, *mas a elas subordinadas* (pela conquista, ou pela associação entre as elites locais, que estabelecem a dominação violenta na sua sociedade, e a burguesia dos países centrais): no limite, portanto, não é uma relação *externa* ao capitalismo.

A passagem seguinte sintetiza o traço do pensamento de Rosa Luxemburgo que, a meu ver, articula todos os temas aqui tratados e abre caminho para (re)pensar a peculiaridade do capitalismo e, em termos mais gerais, a própria dinâmica do materialismo histórico:

O capitalismo é a primeira forma econômica²⁰ capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta. (Luxemburgo, 1984, p.98)

Além da conversão violenta da terra e da força de trabalho em mercadorias, a consolidação do capitalismo envolveu a criação do mercado mundial e uma “história universal”, e são esses dois elementos interligados que alteraram radicalmente as condições de vida e de luta social, no sentido de romper potencialmente todos os limites à mercantilização da vida. Neste sentido preciso, mediante a combinação entre a concorrência de capitais (que impele os capitalistas às aventuras no exterior) e a *violência* organizada pelo Estado (militarismo, nos termos de Rosa Luxemburgo) ou pelas elites “pré-capitalistas” associadas ao grande capital, o capitalismo tende a destruir e a tentar incorporar todas as relações e formas sociais estranhas a ele. Na sua eterna luta contra as “economias naturais”, o capital é capaz de recorrer ao emprego de mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção que, uma vez integrados a uma lógica mercantil, tendem a ser intensificados e, finalmente, integrados à sua dinâmica autodestrutiva. Mas esse processo não se desenrola no âmbito da economia (e da política) em sua acepção formal: ele se nutre e ao mesmo tempo exige a transformação radical das estruturas do cotidiano das sociedades que invade (a nefanda tendência à “história universal”, típica do capitalismo). Esta é, a meu ver, a maneira mais sensata de abordar o pensamento de Rosa Luxemburgo e dele extrair as suas implicações mais sugestivas.

20 Rosa tem uma visão bastante elástica do termo economia/forma econômica (a qual é muito próxima do conceito de economia substantiva, cunhado por Polanyi [2012, p.63-8]). As acusações de “subconsumismo” derivam, em grande medida, da projeção da noção formal de economia sobre o seu argumento.

Referências bibliográficas

- ELLIOTT, C. F. Lenin, Rosa Luxemburg and the dilemma of the non-revolutionary proletariat. *Midwest Journal of Political Science*, v.9, n.4, 1965, p.327-338.
- FRANCO, T. F. *Imperialismo capitalista em três atos: investigações sobre o capitalismo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- HABIB, I. Capital Accumulation and the Exploitation of the ‘Unequal’ World: insights from a debate within Marxism. *Social Scientist*, v.31, n.3/4, 2003, p.3-26.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LOUREIRO, I. *Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo; Unesp; Perseu Abramo, 2003.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. Questões de organização da social democracia Russa. In: _____. *A Revolução russa*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.
- _____. *Reforma ou revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. O segundo e o terceiro volumes d’*O capital*. *Crítica Marxista*, n.9, p.135-43, 2009.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro; Porto: Elfos; Escorpião, 1989.
- MELDOLESI, L. The Debate on Imperialism just before Lenin. *Economic and Politic Weekly*, v.19, n.42, 1984, p.1833-39.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo:T.A.Q, 1982.
- PERELMAN, M. *The Invention of Capitalism*. Durham: Duke University, 2000.
- POLANYI, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de El Capital de Marx*. México: Siglo Veintiuno, 1989.
- WALICKI, A. Rosa Luxemburg and the Questions of the Nationalism in the Polish Marxism (1893-1914). *The Slavonic and East European Review*, v.61, n.4, 1983, p.562-582.

Resumo

O objetivo deste artigo é destacar *elementos* da obra de Rosa Luxemburgo que podem servir como ponto de partida para a construção de uma concepção ampliada de modo de produção que transcenda o âmbito da economia formal. Deste prisma, isto é, *enquanto modo de produção da vida*, é possível destacar com mais clareza uma das peculiaridades do capitalismo: o primeiro modo de produção a criar uma “história universal” e que, deste modo, não tolera modos de vida social estranhos a ele.

Palavras-Chave: Marxismo, imperialismo, economia política, socialismo.

Abstract

The purpose of this article is to emphasize elements of the work of Rosa Luxemburg which may serve as a basis for an expanded conception of mode of production, that transcends the formal definition of economy.

Key Words: Marxism, Imperialism, Political Economy, Socialism.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Crítica ao conceito de marxismo ocidental

Pedro Leão da Costa Neto

Usos e dificuldades da teoria marxista

Michael Heinrich

Lutas ecossociais na América Latina

Michael Löwy

**Dilema da nacionalização
do marxismo no Brasil**

Gleyton Trindade

**Dossiê: Sindicalismo e política
(França, Brasil e Argentina)**

Sophie Bérout, Andréia Galvão e
Paula Varela

38